



Número: **0600030-98.2021.6.16.0000**

Classe: **PETIÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Tito Campos de Paula**

Última distribuição : **09/02/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Eleições - Eleição Suplementar, Requerimento**

Objeto do processo: **Ofício n.º 11/2021, da 150.ª Zona Eleitoral de Santa Fé/Pr, requerendo designação de eleições suplementares no município de Munhoz de Melo/Pr, tendo em vista o contido no Acórdão do TSE proferido nos autos Recurso Especial Eleitoral (11549) Nº 0600203-94.2020.6.16.0150 (PJe) que determinou a realização de nova eleição no referido município devido à manutenção do indeferimento do pedido de registro de candidatura do candidato eleito prefeito no pleito de 15.11.2020, Gilmar José Benkendorf Silva. (Ref. autos de Registro de Candidatura - RRC n.º 0600203-94.2020.6.16.0150 (DRAP n.º 0600201-27.2020.6.16.0150) que julgou procedente o pedido deduzido na impugnação ao registro de candidatura apresentada por Nerilson Neves dos Santos e, por consequência, indeferiu o requerimento de registro de candidatura apresentado por Gilmar José Benkendorf Silva para o cargo de Prefeito pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro; Impugnação por Nerilson Neves dos Santos ao Registro de Candidatura de Gilmar Jose Benkendorf Silva, ao cargo de Prefeito, pelo partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB, integrante da coligação Experiência e Renovação 12-PDT / 15-MDB / 22-PL, no município de Munhoz de Melo/PR, sob o fundamento de ser inelegível, pois deixou de observar o art. 1º, inciso IV, alínea "a" da LC nº. 64/90, não se desincompatibilizando de fato das funções que exercia no Município de Munhoz de Mello, conforme a exigência legal. Aduz que o impugnado é servidor público municipal, ocupante do cargo de zootecnista, sendo que, através da Portaria nº. 810/2017, fora designado a "responder por todos e quaisquer atos administrativos praticados em nome da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços" e utilizou de sua página no facebook, para divulgar e promover os atos realizados por ele, enquanto responsável pela pasta. Todavia, mesmo após a revogação de mencionada portaria, em 3/6/20, o Impugnado continuou representando a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, bem como a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviço, contrariando assim, o diploma legal que exige a desincompatibilização de fato e de direito, nos termos da LC nº. 64/90).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JUÍZO DA 150ª ZONA ELEITORAL DE SANTA FÉ PR (REQUERENTE)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo

26773 366	01/03/2021 17:34	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão
--------------	------------------	-------------------------	---------



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ACÓRDÃO Nº 58.259**

**PETIÇÃO CÍVEL 0600030-98.2021.6.16.0000 – Munhoz de Melo – PARANÁ**

**Relator: TITO CAMPOS DE PAULA**

**REQUERENTE: JUÍZO DA 150ª ZONA ELEITORAL DE SANTA FÉ PR**

**FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1**

**RESOLUÇÃO Nº 869/2021**

Altera a Resolução TRE/PR nº 868/2021, que fixa data, estabelece instruções para a realização de Eleição Suplementar aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de Munhoz de Melo/PR (150ª ZE) e aprova o respectivo Calendário Eleitoral.

**DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a Resolução n.º 869, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 01/03/2021

**RELATOR(A) TITO CAMPOS DE PAULA**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conforme arts. 22, inciso VII, e 146, do seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO que nas Eleições 2020, nos termos do artigo 1º, §3º, I e V, da Emenda Constitucional nº 107/2020, o julgamento das prestações de contas dos eleitos não constituiu requisito para a diplomação;

CONSIDERANDO, ainda, o princípio da economicidade.

**RESOLVE**



**Art. 1º** Alterar os artigos 21 e 23 da Resolução TRE-PR nº 868/2021, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 21. A decisão que julgar as contas dos candidatos eleitos deverá ser publicada até o dia 30 de abril de 2021”.*

*“Art. 23. Os candidatos eleitos deverão ser diplomados até o dia 20 de abril de 2021, ficando a diplomação condicionada à tempestiva apresentação das contas”.*

**Art. 2º** Incluir no calendário eleitoral aprovado com a Resolução TRE-PR nº 868/2021, a seguinte redação:

*20 de abril – terça-feira*

*(09 dias depois)*

*- Último dia para a diplomação dos eleitos.*

*- Data a partir da qual o Cartório Eleitoral envolvido e a Secretaria do Tribunal não mais permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados e as decisões não mais serão publicadas em cartório ou em sessão.*

*14 de outubro – quinta-feira*

*(180 dias após o último dia para diplomação)*

*- Data até a qual os candidatos ou os partidos políticos deverão conservar a documentação concernente às suas contas, desde que não estejam pendentes de julgamento, hipótese na qual deverão conservá-la até a decisão final (Lei nº 9.504/97, art. 32).*

**Art. 3º** Excluir, do calendário eleitoral aprovado com a Resolução TRE-PR nº 868/2021, as disposições relativas aos dias 27 de abril de 2021 e 27 de outubro de 2021.

**Art. 4º** Alterar, no calendário eleitoral aprovado com a Resolução TRE-PR nº 868/2021, a disposição relativa ao dia 30 de abril de 2021, que passará a ter a seguinte redação:

*30 de abril – sexta-feira*

*(19 dias depois)*

*- Último dia para o julgamento das prestações de contas dos candidatos eleitos pelo Juiz da Zona Eleitoral.*

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

**SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, em 01 de março de 2021.



Des. TITO CAMPOS DE PAULA

Presidente

Des. VITOR ROBERTO SILVA

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

ROGÉRIO DE ASSIS

CARLOS ABERTO COSTA RITZMANN

THIAGO PAIVA DOS SANTOS

Des. FERNANDO QUADROS DA SILVA

ROBERTO RIBAS TAVARNARO

MÔNICA DOROTEA BORA

Procuradora Regional Eleitoral Substituta

#### EXTRATO DA ATA

PETIÇÃO CÍVEL (241) Nº 0600030-98.2021.6.16.0000 - Munhoz de Melo - PARANÁ - RELATOR: DES. TITO CAMPOS DE PAULA - REQUERENTE: JUÍZO DA 150ª ZONA ELEITORAL DE SANTA FÉ PR

#### DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a Resolução n.º 869, nos termos do voto do Relator.



Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e Roberto Ribas Tavarana. Presente a Procuradora Regional Eleitoral em exercício, Monica Dorotea Bora.

SESSÃO DE 01.03.2021.

